



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Ata da 166ª reunião, realizada em 19 de outubro de 2015**

1 Em 19 de outubro de 2015, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do Conselho  
2 Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de  
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte.  
4 Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Luiz  
5 Sávio de Souza Cruz, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
6 Sustentável; Juliana Pereira da Cunha, da Secretaria de Estado de Agricultura,  
7 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Evandro Xavier Gomes, da Secretaria de  
8 Estado de Cultura (SEC); Inês Tourino Teixeira, da Secretaria de Estado de  
9 Educação (SEE); Helvécio Miranda Magalhães Júnior, da Secretaria de Estado de  
10 Planejamento e Gestão (Seplag); Marcela Lencine Ferraz, da Secretaria de  
11 Estado de Saúde (SES); Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de  
12 Transportes e Obras Públicas (Setop); Wesley Antônio Tadeu Monteiro Cantelmo,  
13 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (Sedru);  
14 Vinícius Barros Rezende, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e  
15 Ensino Superior (Sectes); José Guilherme Ramos, da Secretaria de Estado de  
16 Desenvolvimento Econômico (Sede); Danielle Braga Valaci Pontes Ferrari e  
17 Suzana Campos de Abreu, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Carlos  
18 Henrique Souza da Silva, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Carlos  
19 Eduardo Ferreira Pinto, da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ); Marco Túlio  
20 Simões Coelho, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais  
21 Renováveis (Ibama); Sarah Aurichio Lopes Cordeiro Ribeiro, da Comissão de  
22 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de  
23 Minas Gerais (ALMG); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de  
24 Municípios (AMM) – representantes do poder público; Fabiano Blanc Xavier, da  
25 Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas); Carlos Alberto Santos  
26 Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais  
27 (Faemg); Alberto José Salum, da Federação das Indústrias do Estado de Minas  
28 Gerais (Fiemg); Paula Meireles Aguiar, do Conselho da Micro, Pequena e Média  
29 Indústria; Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos  
30 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); João Carlos  
31 de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento  
32 Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Mônica  
33 Bicalho Pinto Rodrigues, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e  
34 Ambiental (Abes); Maria Dalce Ricas, da Associação Mineira de Defesa do  
35 Ambiente (Amda); Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento Verde de Paracatu  
36 (Mover); Evandro Carrusca de Oliveira, do Centro Federal de Educação  
37 Tecnológica de Minas Gerais (Cefet); Miguel Ângelo Andrade, da Pontifícia

38 Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Luiza Maria de Carvalho, do  
39 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG);  
40 Mário de Lacerda Werneck Neto e Admilson Martins Diniz, da Ordem dos  
41 Advogados do Brasil (OAB); Tarcísio Walter Gotelipe Reis, da Associação dos  
42 Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg) – representantes da  
43 sociedade civil. **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.**  
44 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Luiz Sávio de  
45 Souza Cruz declarou aberta a 166ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de  
46 Política Ambiental. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**  
47 **GERAIS.** O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento registrou  
48 agradecimento pela participação da diretora-Geral do IGAM, Maria de Fátima  
49 Chagas Dias Coelho, no seminário sobre água e agricultura familiar no rio das  
50 Velhas, realizado pela Fetaemg e o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das  
51 Velhas. Comunicou ainda que a Fetaemg se manifestou por ofício ao secretário de  
52 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao governador e à Assembleia  
53 Legislativa de Minas Gerais sobre o Projeto de Lei 2.946/2015, de reestruturação  
54 do Sisema, encaminhado pelo Governo do Estado à Assembleia, e destacou duas  
55 reivindicações básicas: a retirada do regime de urgência e a suspensão do PL por  
56 40 dias para que possa ser discutido no COPAM, nas Unidades Regionais  
57 Colegiadas e nos Comitês de Bacia Hidrográfica. “Nós estamos entendendo que,  
58 da maneira como o PL está colocado – inclusive, remete quase tudo para decreto  
59 –, haverá prejuízo à política ambiental e à organização institucional do Sisema. Eu  
60 queria também acrescentar que esse posicionamento é compartilhado por  
61 diversas outras entidades.” A conselheira Maria Dalce Ricas agradeceu a  
62 presença do secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Helvécio Miranda  
63 Magalhães Júnior, nesta sessão, e se manifestou sobre o Projeto de Lei  
64 2.946/2015, declarando apoio integral à proposta apresentada pela Fetaemg. Em  
65 seguida, registrou o seguinte depoimento: “Eu queria usar da palavra para dizer o  
66 seguinte. Eu acho que não vai adiantar muito o que nós estamos falando aqui,  
67 mas eu queria falar para que fosse gravado em ata e, quem sabe, daqui a dez, 15  
68 anos, ou mais, quando algum historiador for investigar a história da política  
69 ambiental do Estado de Minas Gerais, esses fatos não sejam esquecidos. Por  
70 diversas vezes, o secretário nos disse aqui que o resultado da força-tarefa seria  
71 trazido a este Plenário para discussão. Isso não aconteceu, o projeto foi direto  
72 para a Assembleia. Eu suponho que contrariando as convicções e a postura  
73 democrática do deputado Sávio Souza Cruz, ele teve ordens do governo para que  
74 isso não acontecesse, que o COPAM não pudesse merecer o direito constitucional  
75 de discutir uma proposta que altera o Sisema. Eu queria deixar isso registrado  
76 para que fique na história da política ambiental do Estado. O colegiado do COPAM  
77 foi pioneiro neste país em termos de participação da sociedade civil. Participação,  
78 aliás, significa liberdade e democracia, pelas quais, por ironia do destino, tanto eu  
79 quanto o governador lutamos na ditadura militar, e, por motivos idênticos, fomos  
80 presos e torturados. E agora, de repente, nos encontramos no mesmo espaço:

81 ele, de um lado, e eu, de outro; eu acreditando que continuo defendendo as  
82 liberdades democráticas, o direito à participação da sociedade, e o governador  
83 capitaneando um projeto que atenta contra elas.” A conselheira destacou ainda  
84 alguns pontos do referido projeto de lei. Manifestou que “o projeto propõe que a  
85 Polícia Militar de Meio Ambiente seja excluída do Sistema Estadual de Meio  
86 Ambiente”, e considerou que “não há qualquer procedência técnica para essa  
87 proposta”. “A Polícia Militar de Meio Ambiente tem sido um dos pilares da política  
88 ambiental de Minas Gerais e é fundamental, apesar de todas as mazelas pelas  
89 quais passamos”. A conselheira comentou ainda que o projeto “prevê a criação de  
90 uma superintendência especial na SEMAD, e que, esgotados os prazos que o  
91 governo propõe – um ano para tramitar qualquer processo submetido a EIA/Rima  
92 e seis meses para outros projetos –, essa superintendência pode avocar a si a  
93 concessão da licença sem passar pelo colegiado, independentemente da natureza  
94 do projeto.” Destacou ainda que “muitas coisas foram remetidas a decreto,  
95 inclusive estrutura dos órgãos” e que “supõe-se então que todas as diretorias  
96 atuais podem ser extintas, e criadas outras, sem que a sociedade participe dessa  
97 discussão.” “É claro que pode haver coisas que devam ser definidas por decreto,  
98 mas a lei não pode ser tão ampla que não nos dê garantias mínimas do que vai  
99 acontecer.” A conselheira representante da Amda pontuou também: “O projeto  
100 prevê que o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social,  
101 composto, majoritariamente, por representantes da iniciativa privada – a única  
102 entidade de cunho social que eu vi foi a Fetaemg; não há nenhuma entidade  
103 ambientalista –, poderá, a qualquer momento, retirar do processo de  
104 licenciamento qualquer projeto que julgar de interesse social, econômico e  
105 ambiental, e remeter para a superintendência, para que seja também licenciado,  
106 independentemente de passar pelo colegiado.” “São algumas das pérolas que eu  
107 cito, para que vocês possam entender que a reivindicação feita aqui pelo Eduardo  
108 é mínima em um país que se diz democrático. Nós não achamos que nada deve  
109 ser engessado, nenhuma lei, necessariamente, tem que permanecer como está,  
110 mas, seguramente, para que melhore, tem que ter a participação da sociedade.  
111 Na área de meio ambiente, certamente, as cabeças mais pensantes estão neste  
112 Plenário, nas Suprams, nas organizações não governamentais e também nas  
113 representações da iniciativa privada, e não, seguramente, somente nos gabinetes  
114 do governo.” O conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira comunicou sobre o  
115 programa ambiental que está sendo desenvolvido pela Faemg. “É um programa  
116 amplo, que envolve produtores rurais, empresas e parcerias, e a pérola da nossa  
117 coroa é exatamente a questão das nascentes, de recuperar nascentes, cercar  
118 nascentes e todo esse trabalho que vem sendo feito no Brasil inteiro. Ocorre que  
119 nascente é área de preservação permanente, e, para se fazer recuperação de  
120 uma nascente, é preciso ter outorga e licenciamento ambiental. A Polícia  
121 Ambiental, se fiscalizar, pode multar. E aí fica complicado, porque, quando multa o  
122 produtor rural, por desobediência à lei ambiental, ele se vira e faz a sua defesa.  
123 Mas não pode nunca uma instituição como a Faemg ser multada por

124 desobediência à legislação. Na última reunião, a conselheira Ana Paula pediu ao  
125 Plenário do COPAM e à presidência da reunião que agilizasse e concluísse uma  
126 norma para que, em situação de recuperação em área de preservação  
127 permanente, para melhorar a questão ambiental, fosse resolvida  
128 institucionalmente a desnecessidade da licença ambiental e da outorga. Naquela  
129 ocasião, o presidente da reunião, doutor Nalton Sebastião Moreira, informou que  
130 iria providenciar para que a Secretaria de Meio Ambiente resolvesse essa  
131 questão. E não foi resolvida. Por causa disso, nós estamos comunicando que a  
132 Federação da Agricultura e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural estão  
133 abandonando o programa, temporariamente, e pedindo a oportunidade de uma  
134 apresentação ao COPAM sobre o programa, o alcance das nossas pretensões e o  
135 resultado para o meio ambiente. Nós estamos pedindo uma participação, na  
136 próxima reunião, para que o COPAM decida se é conveniente adotar uma  
137 desnecessidade de licenciamento ambiental ou falar 'toda vez em que for  
138 recuperar uma nascente, tem que vir protocolar pedido de licença'. Então estamos  
139 pedindo que, na próxima reunião do COPAM, seja dada oportunidade para que  
140 façamos a exposição do nosso programa de nascentes." Conselheiro Carlos  
141 Henrique Souza da Silva: "O coronel Fagundes não pôde participar desta reunião,  
142 em virtude de outro compromisso com a instituição, mas nos pediu para  
143 retransmitir que, a respeito do Projeto de Lei 2.946, nós, da Polícia Militar, fomos  
144 pegos de surpresa, não fomos consultados. O principal ponto é a retirada da  
145 Polícia Militar. Acreditamos ser um avanço a Polícia Militar fazer parte do Sisema.  
146 A respeito desse projeto, nós estamos fazendo um estudo detalhado para,  
147 oficialmente, colocarmos o nosso entendimento." Conselheiro Tobias Tiago Pinto  
148 Vieira: "Primeiramente, parabenizar pela pauta, que tem um ponto muito  
149 importante para resolvermos questões de reembolso quanto à vinda às reuniões, o  
150 que facilita muito a nossa vinda. Venho de 500 km de distância para participar, e  
151 venho muito feliz. Porém, em algumas vezes, estive ausente devido à falta de  
152 recursos disponíveis. Espero que seja uma solução para esses problemas. Eu  
153 também não posso deixar de falar quanto a esse Projeto de Lei 2.946. Em uma  
154 breve leitura, nós ficamos bem preocupados, e gostaríamos de endossar as  
155 palavras do Eduardo e da Dalce, porque o mínimo que pode ser feito é trazer ao  
156 COPAM para discutir. Eu entendo que o Estado precisa de celeridade nos  
157 processos, mas não é fazer as coisas através de decreto que vai facilitar e agilizar  
158 de forma igualitária para todos os empreendimentos, para buscarmos o tão  
159 sonhado desenvolvimento sustentado. Eu queria deixar a nossa surpresa e espero  
160 que esse assunto venha ao COPAM para discutirmos e buscarmos a melhor  
161 solução, pois, do jeito que está no projeto de lei, vai acabar com o COPAM. Ficam  
162 o meu manifesto e a minha preocupação." Conselheiro Miguel Ângelo Andrade:  
163 "Nós encaminhamos, no dia 30 de setembro, o documento de revisão periódica da  
164 Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço nos seus dez anos. Várias instituições  
165 aqui participaram ativamente, com custo zero. Gastamos R\$ 35 para fazer essa  
166 revisão, objetivamente e exclusivamente, com o apoio institucional de vários

167 setores, ONGs, Ministério Público, Fiemg, FEAM, Secretaria de Educação,  
168 Secretaria de Cultura, IGAM e IEF, essencialmente. Eu gostaria de deixar de  
169 público o agradecimento, e reforçar que ter o apoio institucional vale tanto quanto  
170 ter somente o recurso, às vezes, apesar de entendermos que não temos nenhum  
171 recurso destinado à Reserva da Biosfera. O segundo ponto diz respeito ao projeto  
172 de lei, e nós, pela PUC Minas, também somos totalmente contra essa proposta. E  
173 faço um pedido de esclarecimento à mesa sobre o processo de encaminhamento  
174 e seus riscos, para que o COPAM entenda como está sendo encaminhado, como  
175 foi encaminhado, e a avaliação dos senhores sobre o risco desse processo.”  
176 Conselheira Maria Dalce Ricas: “Nós acreditamos que o Parque do Rola Moça  
177 tenha queimado quase 50% nesses quatro dias. Primeiro, eu queria ressaltar o  
178 heroísmo daqueles que combateram o incêndio. Lembrar o papel dos  
179 coordenadores do Previncêndio da SEMAD, do Rodrigo Belo, e dizer que tomaram  
180 o telefone corporativo dele. Um telefone corporativo para o coordenador do  
181 Previncêndio, e ele agora está tendo que usar seu próprio telefone. Eu gostaria de  
182 entender o porquê. Homenagear e deixar os nossos agradecimentos à Brigada 1,  
183 ao pessoal do Batalhão Especializado em Meio Ambiente, aos brigadistas do IEF,  
184 aos voluntários que combateram, às brigadas profissionais da Amda, em parceria  
185 com a Vale, a Gerdau, Ferrous e Vallourec. Nós perdemos a guerra, mas  
186 ganhamos algumas batalhas. Pelo menos, o restante do parque não foi queimado.  
187 E corroborar a solicitação do Miguel – aproveitando a presença do secretário de  
188 Planejamento – no sentido de que algumas informações nos sejam dadas em  
189 relação ao PL. E lembrar também que, segundo a lei, nós, conselheiros do  
190 COPAM, exercemos função pública. Apesar de não ser advogada, eu entendo que  
191 nós deveríamos ter tido o direito de conhecer a proposta original que foi enviada  
192 pela força-tarefa. Nós pedimos isso, insistentemente, até que, na semana  
193 passada, depois de muita insistência, o secretário-adjunto Nalton nos disse que  
194 não nos cederia a proposta original porque, não sendo um documento de governo,  
195 seria antitético que nos encaminhasse a proposta. Ou seja, nós, apesar de  
196 exercermos função pública, não temos o direito de conhecer a proposta que saiu  
197 da força-tarefa, na qual eu acredito que a SEMAD tenha tido grande influência e  
198 que foi para a Casa Civil. Porque todos nós sabemos que o PL que chegou à  
199 Assembleia Legislativa não é o mesmo. Uma coisa é certa: a proposta do governo,  
200 independentemente de quais mudanças na lei podem ser feitas, está ‘matando o  
201 doente em vez de procurar o remédio’, flexibilizando o licenciamento e cerceando  
202 a participação da sociedade. Quanto às causas do problema do licenciamento,  
203 pode até ter alguma causa jurídica e legal, mas, certamente, estão na  
204 infraestrutura cada vez mais deficiente do Sisema. A segunda secretaria que  
205 arrecada mais recursos no Estado é a SEMAD, mas os recursos não vêm para cá.  
206 Então, com o projeto, o governo está atacando os efeitos e não as causas,  
207 realmente, que poderiam nos levar a superar coisas justas quanto à celeridade  
208 dos licenciamentos, a baixa precariedade técnica. Mas o governo, sem dúvida  
209 nenhuma, está querendo apenas atacar os efeitos, flexibilizando o licenciamento,

210 excluindo a participação da sociedade. Nem justificativa técnica o governo  
211 conseguiu colocar nas propostas que mandou para a Assembleia.” Conselheiro  
212 Carlos Eduardo Ferreira Pinto: “Eu queria, institucionalmente, manifestar que o  
213 Ministério Público do Estado respeita as instituições, e a nossa manifestação é no  
214 sentido de muita cautela, neste momento. Entendemos a legitimidade do  
215 governador ao enviar o projeto de lei e, sobretudo, a legitimidade da Assembleia  
216 Legislativa do Estado de Minas Gerais na análise do projeto de lei. Nós estaremos  
217 lá, na audiência pública, no dia 27, para participar dessa discussão. Eu acho que é  
218 um momento delicado para todos aqueles que militam na área ambiental do  
219 Estado. Principalmente, pela ausência de informações, começa-se a fazer  
220 conjecturas e criar situações que talvez nem o projeto de lei tenha tido a intenção.  
221 Muitas vezes, as interpretações vão além do que o próprio projeto revela. Em uma  
222 leitura rápida e muito superficial, nós vemos dois pontos muito nevrálgicos e de  
223 preocupação, e eu acho que é importante discutir aqui, expor aos colegas. E na  
224 audiência pública teremos mais oportunidade. Primeiro, a alteração das URCs, a  
225 alteração do nosso sistema de licenciamento. Em um primeiro momento, nós  
226 entendemos isso como um grave retrocesso. A análise qualitativa do  
227 licenciamento foi feita pelo Tribunal de Contas da União, que emitiu um relatório  
228 técnico, há cerca de um ano e meio, em que, analisando os licenciamentos feitos  
229 pelo Ibama nas obras do PAC, faz uma série de apontamentos e reflexões acerca  
230 do instrumento. E, curiosamente, indica e recomenda ao Ibama e aos Estados  
231 seguir a estrutura de licenciamento do nosso Estado de Minas Gerais. Então esse  
232 sistema do Estado de Minas Gerais, elogiado pelo TCU e recomendado que seja  
233 levado a outros níveis da Federação, hoje vai ser alterado. O que eu acho que vai  
234 trazer, na verdade, é mais tempo para o licenciamento. Em uma leitura superficial,  
235 tirando do âmbito democrático de discussão e levando o licenciamento mais para  
236 decisões centralizadas e isoladas, o que parece, no primeiro momento, que vai  
237 trazer agilidade, na verdade, vai trazer mais dificuldade para licenciar. Porque, na  
238 verdade, nós seremos o primeiro Estado a transformar o Poder Judiciário em  
239 órgão licenciador, porque cada processo vai acabar desembocando no Judiciário.  
240 E isso é um grande retrocesso para quem atua nas URCs e no COPAM. Falo isso  
241 com muita preocupação, e acho que é um motivo para discutirmos e  
242 aperfeiçoarmos o projeto nesse ponto. E a retirada da Polícia Militar dentre os  
243 órgãos do Sisema, eu acho que, na prática, vai trazer mais confusão para todo o  
244 sistema. O que isso representa? Nós vamos tirar o poder de polícia ambiental?  
245 Significa que a PM vai poder ir até o local, levar o cidadão preso, fazer boletim de  
246 ocorrência, dar início à parte criminal, mas não vai poder autuar,  
247 administrativamente. Eu acho que nós temos que ter cautela para discutir acerca  
248 disso e ver as vantagens e desvantagens dessa retirada. Porque me parece que,  
249 em uma primeira leitura, o que é feito para facilitar o sistema e tentar, de alguma  
250 forma, acelerar, vai acabar trazendo tumulto jurídico e grande penalização dos  
251 investigados. Porque o sujeito hoje, quando é autuado, até ser responsabilizado  
252 criminalmente, tem uma gradação na hierarquia em que primeiro enfrenta o ato

253 administrativo. Com essa retirada, irá perder o poder de polícia ambiental, mas irá  
254 continuar com a função de policial militar. Então o que vai acontecer é que vai  
255 fazer um boletim de ocorrência e a parte criminal já vai se sobrepôr à  
256 administrativa. Eram alguns pontos bem superficiais, registrando que a nossa  
257 posição institucional é de muito respeito às instituições, de muito respeito ao  
258 regime democrático. Eu acho que a democracia é exatamente isso, uma  
259 instituição apresenta projeto de lei, e a outra discute, aprova, e assim a sociedade  
260 vai avançando. Como Ministério Público, nós estamos dispostos a discutir cada  
261 ponto e a contribuir para a melhoria do sistema e do referido projeto.” Presidente  
262 Luiz Sávio de Souza Cruz: “É a primeira vez, em muitos anos, que o Governo do  
263 Estado resolve promover uma alteração no Sistema de Meio Ambiente pela via  
264 legislativa, pela via democrática. É a primeira vez que a sociedade, os  
265 ambientalistas, as universidades não recebem as mudanças publicadas no ‘Minas  
266 Gerais’, através de lei delegada. É a primeira vez, em muitos anos, que se abre o  
267 debate no principal fórum de discussões do Estado de Minas Gerais, que é a sua  
268 casa das leis, a Assembleia Legislativa. Então eu queria registrar, com muito  
269 orgulho, que é a primeira vez, em mais de uma década, que se promove uma  
270 discussão com a sociedade pela via democrática, pela via legislativa, em que está  
271 aberta a participação não só dos conselheiros do COPAM, mas de todos os  
272 mineiros, através dos seus representantes legitimamente eleitos para a  
273 Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Os deputados também são titulares de  
274 uma função pública prevista constitucionalmente, são membros de poder que têm  
275 a representatividade do povo de Minas para discutir essas legislações. E é muito  
276 bom que o COPAM possa se debruçar sobre a proposta, possa contribuir através  
277 dos caminhos que são legais, que o nosso Ministério Público o faça, a Fetaemg e  
278 todos o façam. E, se for desejo dos conselheiros, podemos fazer até uma reunião  
279 aqui, específica, para discutir o projeto de lei, com toda clareza e com toda a  
280 abertura, como há muitos anos em Minas Gerais não se faz. Isso eu queria que  
281 ficasse consignado na ata para que, no futuro, os historiadores lembrem que o  
282 governo Fernando Pimentel, depois de muitos anos, resolve fazer uma alteração  
283 que não seja pela via da lei delegada, que é uma espécie de decreto-lei que  
284 existia no regime militar, tão combatido pela Dalce e pelo nosso governador. Eu  
285 queria dizer que essas primeiras manifestações me dão convicção de que nós  
286 acertamos. Quando eu falei, várias vezes, em várias entrevistas e, inclusive, aqui,  
287 que esta Secretaria se transformou ao longo do tempo em uma secretaria de  
288 licenciamento, todas as manifestações que eu ouvi aqui dizem respeito ao  
289 licenciamento. Ninguém falou que nós estamos recriando a Subsecretaria de  
290 Gestão Ambiental, que foi extinta por lei delegada, sem nenhuma manifestação,  
291 sem nenhum manifesto de entidades ambientalistas contrário. Ninguém falou que  
292 nós estamos recriando a possibilidade de ter no Sisema educação ambiental, e  
293 não apenas comando e controle, como se fez neste Sisema por lei delegada.  
294 Ninguém falou que nós estamos devolvendo a integralidade da Agenda Azul para  
295 o IGAM, que, embora responsável pela gestão das águas, não tinha nenhum

296 gerenciamento sobre as outorgas. Ninguém falou que nós estamos devolvendo a  
297 avaliação das Dais ao IEF, que é responsável pela Agenda Verde e não tinha  
298 nenhuma gestão sobre as Dais. Ninguém falou que havia aqui uma inversão, em  
299 que a política ambiental estava subordinada aos processos de regularização, e  
300 que nós estamos invertendo esse jogo subordinando a regularização à política, e  
301 não ao contrário. Ninguém comentou nada disso. Orbita-se em torno do  
302 licenciamento como se esta Secretaria fosse, exclusivamente, uma secretaria de  
303 licenciamento, e tiram conclusões as mais estapafúrdias. E nós não acreditamos  
304 que, quando se abre e joga a luz em uma matéria legislativa, em um diploma,  
305 como estamos fazendo, no fórum adequado, que é a Assembleia, qualquer coisa  
306 desprovida de sentido vá chegar ao fim e ao cabo aprovada. Como é uma  
307 manifestação reiterada a questão da Polícia Ambiental, não é nossa visão de que  
308 isso vá ocorrer. O que acontece é que hoje a Polícia Ambiental está vinculada ao  
309 Sisema e à Polícia Militar, e ela presta serviços ao Sisema por via de convênio.  
310 Ora, se ela compõe o Sisema, por que precisa fazer convênio? É a mesma coisa  
311 que dizer que a Polícia Rodoviária vai pertencer ao DER, que a polícia de trânsito  
312 vai pertencer ao Detran, e não pertencerá mais à Polícia Militar. Se presta  
313 serviços ao Sisema pela via de convênio, é óbvio que não integra o Sisema, tanto  
314 que tem que ser conveniada. Mas, se houvesse, minimamente, o risco de isso  
315 ocorrer, que se retornasse para a composição – não tem nenhuma dificuldade. É  
316 só uma visão de que não é cabível determinada corporação pertencer ao Sistema  
317 e à Polícia Militar. Objetivamente, se os serviços são prestados ao Sistema pela  
318 via de convênio, não há que se dizer que ela integra o Sisema. Sobre a questão  
319 de o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico decidir o que é prioritário,  
320 eu não quero fazer como meus antecessores, dizer o que é e o que não é  
321 prioritário. Quem tem a responsabilidade de dizer em Minas Gerais o que é  
322 prioritário de desenvolvimento econômico e social de Minas é o conselho que é  
323 criado pela lei para tanto. Então esse conselho dirá o que é prioritário, em sendo  
324 prioritário, será tratado como tal na sua análise, não em nenhuma deliberação. Só  
325 isso e mais nada. Eu concordo com a questão de ‘se tudo venceu o prazo...’ Isso  
326 é um absurdo, isso surgiu inspirado não sei exatamente por quem, e, com certeza,  
327 não prosperará. Fico muito feliz em saber que nós estamos acertando, porque não  
328 houve nenhuma manifestação aqui sobre as grandes mudanças que nós estamos  
329 fazendo para que tenhamos uma Secretaria de Meio Ambiente, e não uma  
330 secretaria de licenciamento e regularização; que não sejamos apenas um órgão  
331 de comando e controle, que possamos formular política pública, subordinar a  
332 regularização ambiental às políticas que vão ser traçadas por este Conselho, que  
333 é insubstituível nisso, tanto no tocante à agenda das águas, das florestas, enfim,  
334 sobre os licenciamentos. Aí, sim, esse papel é irrenunciável deste Conselho, e  
335 nisso ele será valorizado. Essa é a linha que nós estamos dando. Imperfeições  
336 legislativas, com certeza, serão corrigidas; equívocos, erros. Se a interpretação do  
337 doutor Carlos Eduardo for correta, nós vamos voltar com a Polícia Ambiental, que  
338 não era nossa, imagino, se não nem precisaria de convênio. Mas, se for o caso,



339 que volte, não tem problema nenhum. Temos que ler e interpretar o que está  
340 escrito. Eu acho que nós estamos dando um passo importantíssimo, e termino,  
341 como comecei, reafirmando o enorme orgulho de, pela primeira vez em mais de  
342 uma década, propor uma alteração no Sisema pela via democrática, para que  
343 possa ser discutida à luz do dia, com todos os cidadãos de Minas, membros ou  
344 não deste COPAM, através dos seus representantes na Assembleia. E, se for o  
345 desejo do Conselho que possamos ter uma reunião exclusiva para discutir o  
346 projeto de lei, nós vamos cuidar de fazê-lo.” Conselheiro Eduardo Antônio Arantes  
347 do Nascimento: “A bem da verdade, o documento que nós encaminhamos fala,  
348 textualmente, ‘por considerarmos que o encaminhamento dado até agora  
349 significará prejuízos irreversíveis à política ambiental’. Em momento nenhum, nós  
350 reduzimos a questão ao licenciamento ambiental. Segunda questão: quando o  
351 governo anterior encaminhou, por lei delegada, o projeto, houve várias  
352 manifestações aqui contra o encaminhamento que foi dado, inclusive, da  
353 Fetaemg. Nesse sentido, eu acho que nós estamos mantendo a coerência. Agora  
354 a questão é que o COPAM tem por atribuição a formulação da política ambiental.  
355 Então, nesse sentido, eu continuo a me manifestar como me manifestei na forma  
356 de proposição, há um mês, neste Plenário, no sentido de que eu acho que a  
357 proposta do governo, legítima, deveria vir aqui primeiro, em caráter consultivo. E,  
358 em terceiro lugar, na nossa manifestação, que eu entendo que seja a mesma linha  
359 da manifestação da conselheira Maria Dalce, da Amda, também nós não estamos  
360 entrando e aprofundando na discussão, nós estamos apenas ressaltando alguns  
361 pontos que nos parecem importantes. Eu, por exemplo, tenho enorme consciência  
362 do importante trabalho que fez e faz a Polícia Ambiental. Sobre isso, pode haver  
363 discussão, mas eu tenho que discordar, como o representante da Polícia Militar  
364 falou, de isso ser encaminhado sem ser discutido com eles em primeiro lugar.  
365 Então eu acho que nós temos que partir para um ajuste. Eu reconheço a  
366 legitimidade da Assembleia, e nunca vi ninguém aqui falar que não ela tem. Agora,  
367 pelo regime de urgência, o prazo é muito pequeno. Então eu gostaria que o  
368 senhor estabelecesse a data da reunião extraordinária do COPAM e que fosse  
369 estabelecido um prazo, na reunião, de cinco ou dez minutos, para cada entidade  
370 se manifestar, para podermos contribuir com essa discussão que está na  
371 Assembleia.” Presidente Luiz Sávio de Souza Cruz: “Se todos estiverem de  
372 acordo, vamos programar uma reunião extraordinária com a pauta exclusiva para  
373 a discussão do projeto. Parece que temos consenso quanto a isso. E me faltou  
374 responder sobre o trâmite. A força-tarefa concluiu o projeto de lei, que foi  
375 encaminhado à Casa Civil. A nossa ideia era trazer essa discussão não como  
376 projeto da força-tarefa, mas como projeto do governo. O projeto saiu da Casa Civil  
377 diretamente para o governo, com algumas alterações em relação ao que foi  
378 validado pela força-tarefa. Algumas alterações com as quais eu não concordo e  
379 outras com que eu concordo. Quem vai dar a palavra final é quem tem a atribuição  
380 constitucional para isso, são os deputados, que estão sujeitos a todas as  
381 sugestões, considerações etc. Ainda mais se tivermos uma reunião exclusiva do

382 COPAM para discutir e este Conselho resolver apresentar sugestões, a  
383 Assembleia, com certeza, teria o maior interesse em conhecer essas sugestões e  
384 acatá-las, sempre que possível.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “A Amda fez as  
385 mais severas críticas ao autoritarismo que permeou, principalmente, no último  
386 governo deste Estado, o que começou, inclusive, no segundo governo Aécio  
387 Neves. As modificações feitas no Sisema criando as Unidades Regionais  
388 Colegiadas, nós sempre criticamos, porque a proposta do governo era criar uma  
389 superintendência como experiência e depois ir crescendo. De repente,  
390 provavelmente, por motivos políticos, o governo resolveu criar todas as  
391 superintendências em todo o Estado, e não melhorou em nada. Foi de uma forma  
392 extremamente autoritária, com base na lei delegada. Então eu não aceito indiretas  
393 de que a sociedade tenha apoiado os atos de autoritarismo do governo Aécio  
394 Neves e do governo Anastasia nem vejo como justificativa que o governo faça o  
395 mesmo. Secretário, eu não concordo, se realmente fosse democrático, o projeto,  
396 primeiro, passaria por este Plenário, porque eu acredito que nenhum conselheiro  
397 aqui é simplesmente levado a pegar o projeto de lei e dizer que é contra. Nós não  
398 somos contra, necessariamente, nós temos que ser contra aquilo que achamos  
399 que não possa ser dessa forma. O regime de urgência, claramente, não é  
400 democrático. Essa lei tem que ser baseada tecnicamente. Quem disse que voltar  
401 as Dais para o IEF é a melhor solução, depois de batalharmos durante anos e  
402 anos, desde o primeiro governo Aécio Neves, para que a autorização de  
403 supressão de vegetação fosse incorporada ao processo de licenciamento e não  
404 dada à parte como o IEF fazia? O IEF negociava trocas por computador e por  
405 qualquer coisa, em termos de desmatamento. A folha salarial do IEF continua  
406 sendo paga com taxa de desmatamento de nativa no Estado. Então, secretário,  
407 quem disse que essa é a melhor solução? Nós não podemos só pensar  
408 politicamente, nós temos que pensar tecnicamente referente ao projeto de lei.  
409 Além disso, essa lei modifica o Sisema em quê? Modificar o Sisema, para mim, é  
410 mexer na estrutura do Sisema, que está ligada aos salários pagos que não atraem  
411 técnicos, realmente. A sapiência do Sisema estava na FEAM e já está indo  
412 embora, porque todo mundo aposentou. A estrutura do Sisema está ligada ao  
413 número de técnicos e à gestão. Esse projeto, absolutamente, para mim, não altera  
414 o Sisema no que deveria alterar; ele ataca os efeitos. Então, se você sente  
415 orgulho, eu não sinto. Pelo contrário, eu acho que continua sendo um atentado à  
416 democracia, porque esse projeto deveria ter passado por aqui e ter sido precedido  
417 por ampla discussão técnica para aí, sim, chegar a uma possibilidade em que haja  
418 um consenso mínimo entre a sociedade civil organizada na defesa do meio  
419 ambiente, outras instituições, a iniciativa privada e o próprio governo. O Conselho  
420 de Desenvolvimento Social é composto por secretários, pela Faemg e pela Fiemg,  
421 e não tem participação da sociedade civil organizada.” Presidente Luiz Sávio de  
422 Souza Cruz: “Como era a definição do prioritário? O secretário é quem definia.  
423 Agora, é um conselho, e eu acho que é uma evolução. A Maria Dalce acha que o  
424 projeto deveria ter vindo primeiro para cá, e eu continuo achando que deveria ir

425 primeiro para a Assembleia Legislativa. Se 45 dias é pouco, ainda é muito mais do  
426 que uma lei delegada. E essa discussão está lá em aberto. Se a subordinação da  
427 política à regularização é o correto, que se venda essa ideia na Assembleia. Eu  
428 acho que é o contrário, não pode a regularização, a Supram, tratar das outorgas,  
429 mas o responsável pela política das águas ser o IGAM, que não trata das  
430 outorgas. Não pode o IEF ser responsável pela política florestal, se ele não trata  
431 das Dais. Ele faz a política florestal, gerencia a política florestal, mas não é ele  
432 que gerencia as Dais. Se a Assembleia achar que essa proposta está errada, vai  
433 mudar. Se achar que tem de continuar como está, achar que não tem que ter uma  
434 área de gestão ambiental, não tem que ter educação ambiental, como não tem  
435 hoje em dia, que corte. Eu continuo achando que é uma grande evolução tanto no  
436 conteúdo quanto na forma. E nós podemos fazer essa discussão e contribuir, em  
437 tempo, com a análise da Assembleia, retirado ou não o pedido de urgência pelo  
438 governo, mas o tempo é mais do que hábil para que possamos apresentar essas  
439 sugestões.” Conselheira Inês Tourino Teixeira: “Sobre essa discussão das  
440 modificações do Sisema, eu recebi algumas perguntas neste ano, enquanto  
441 conselheira, sobre propostas de ajustes em relação à SEMAD. Eu mesma sugeri –  
442 enviei por e-mail para o gabinete do secretário, na época, a secretária-adjunta –  
443 sobre a criação dessa superintendência de gestão ambiental, sobre educação  
444 ambiental, e ainda fiz uma justificativa. Porque eu entendo que, para fazermos um  
445 trabalho conjunto no interior, nós dependemos muito de trabalhar com a SEMAD e  
446 os órgãos vinculados. Na SEMAD, não temos um contato, acabaram com a  
447 educação ambiental. Eu fiz várias sugestões por e-mail, no âmbito da força-tarefa,  
448 e acredito que a SEMAD tenha mandado para os demais conselheiros os mesmos  
449 questionamentos sobre possibilidade de mudanças e acolhendo sugestões.”  
450 Presidente Luiz Sávio de Souza Cruz: “Na época, a SEMAD, como coordenadora  
451 da força-tarefa, mandou esse e-mail pedindo contribuições, e algumas delas foram  
452 incorporadas, inclusive a questão da educação ambiental. Só para informar  
453 também, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social vai passar por uma  
454 reestruturação. Está na Assembleia um projeto que o reestrutura e abre ainda  
455 mais essa participação. Quem decidia que era prioritário era o secretário,  
456 loteamento de governador era prioritário. Nós estamos dando clareza e dizendo  
457 que vai ser público. Vai se reunir o Conselho de Desenvolvimento Econômico, e  
458 ele vai publicar o que ele disse que é prioritário. Nós só soubemos que o  
459 loteamento foi prioritário a posteriori, porque não era publicado também, e  
460 ninguém sabia. Quando eu digo que não houve manifestação, não houve uma  
461 manifestação articulada de órgãos, assinada, protestando contra o governador. No  
462 passado, não houve, contra o senhor Aécio Neves, o senhor Anastasia. Agora,  
463 antes de se ler o projeto e entender, já tem manifestação. Mas eu fico feliz com  
464 isso, porque o nosso compromisso é com a participação mesmo, com abertura,  
465 com transparência. Nós queremos jogar a luz e discutir abertamente.” Conselheiro  
466 Miguel Ângelo Andrade: “Eu percebo que nós temos como função, neste  
467 Conselho, caráter consultivo, normativo e deliberativo. Coloco para o Plenário se

468 estamos cumprindo essa função, secretário, respeitosamente. Nas últimas  
469 reuniões de que tenho participado, nós não temos esgotado a pauta. São pautas  
470 longas, bem-intencionadas, muito bem-articuladas, mas, por uma questão de  
471 logística, nós temos represado vários temas de grande importância, e não tenho  
472 visto nós deliberarmos sobre nenhum desses pontos, e, sim, com caráter  
473 extremamente informativo. Eu queria que refletíssemos sobre isso, porque esse é  
474 um ponto de pauta que cabe como função primeira a sua deliberação. Ninguém  
475 está indo contra a argumentação ou questões colocadas no processo de  
476 mudança, que são muito bem-vindas. Entretanto, este Conselho não deliberou  
477 sobre a questão. Então seria, talvez, temeroso isso ir para uma casa, a sociedade  
478 civil se manifesta lá, e na sua primeira função aqui ninguém teve a oportunidade  
479 de deliberar esse encaminhamento, o que tornaria o processo mais legítimo. Eu  
480 vejo que as reivindicações colocadas são todas nesse sentido de deliberarmos  
481 sobre as questões e não, simplesmente, que sejamos informados. Acredito que  
482 uma discussão sobre essa questão seja interessante, mas nós vamos deliberar  
483 sobre?” Presidente Luiz Sávio de Souza Cruz: “Quem delibera, em matéria de lei,  
484 é somente a Assembleia. Mas, coincidentemente, nós temos dois itens na pauta  
485 hoje que o COPAM deliberará. Nos dois anos em que eu fui representante da  
486 Assembleia neste Conselho, ele não se reuniu. Então agora nós estamos  
487 questionando por deliberar mais. Eu registro, mais uma vez, o avanço que nós  
488 estamos tendo. Na sequência da pauta, nós temos, coincidentemente, dois itens  
489 para deliberar. Então vamos passar à pauta para deliberarmos naquilo que nós  
490 podemos, porque em lei é só a Assembleia que pode deliberar.” Em seguida, o  
491 presidente convidou a todos para participarem da audiência pública na Assembleia  
492 Legislativa, no próximo dia 27, e informou que será convocada reunião  
493 extraordinária do Plenário do COPAM, em 9 de novembro, para discussão do  
494 Projeto de Lei 2.946/2015.” **4) EXAME DA ATA DA 165ª REUNIÃO DO COPAM.**  
495 Aprovada por unanimidade a ata da 165ª reunião do Plenário do Conselho  
496 Estadual de Política Ambiental, realizada em 16 de setembro de 2015, com a  
497 seguinte correção: – Na linha 82, onde está escrito “Verso”, lê-se “Versus”. **5)**  
498 **SABATINA E ELEIÇÃO DOS CANDIDATOS QUE IRÃO COMPOR A LISTA**  
499 **TRÍPLICE A FIM DE CONCORRER AO CARGO DE OUVIDOR AMBIENTAL DO**  
500 **ESTADO DE MINAS GERAIS (EDITAL OGE Nº 02/2015).** Após exposição e  
501 sabatina dos candidatos nesta sessão, o Plenário do COPAM escolheu, por meio  
502 de votação secreta de seus membros, a lista tríplice a ser enviada ao governador  
503 Fernando Pimentel para a escolha do novo ouvidor ambiental do Estado, com os  
504 seguintes nomes: Jane Aparecida de Paula Pimenta, Giovanni Guimarães Landa e  
505 Leonardo Gabriel Campos de Oliveira Torres. A eleição da lista tríplice atendeu o  
506 estabelecido no Edital OGE 02/2015. Os candidatos Robson Cezar Vieira,  
507 Leonardo Gabriel Campos de Oliveira Torres, Tiago da Silva Oliveira, Fernando  
508 Gregory Tavares, Karina Cruz Fonseca, Giovanni Guimarães Landa e Jane  
509 Aparecida de Paula Pimenta, nessa ordem, definida por sorteio durante a sessão  
510 do Plenário, realizaram suas exposições e, em seguida, foram sabatinados pelos

511 conselheiros. Após a votação e o anúncio dos três candidatos mais votados, o  
512 presidente Luiz Sávio de Souza Cruz registrou a seguinte manifestação: “Eu  
513 queria aproveitar este momento e agradecer a todos os outros quatro candidatos  
514 pela participação, o que enriqueceu o processo, e fazer uma homenagem especial  
515 ao doutor Rogério Noce, que está deixando essa função para a qual esses sete  
516 candidatos se candidataram.” Moção aprovada pelo Plenário do COPAM. O  
517 Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental aprovou por unanimidade o  
518 encaminhamento de moção de agradecimento ao ouvidor ambiental Rogério Noce  
519 Rocha, conforme proposta apresentada pela conselheira Paula Meireles Aguiar. **6)**  
520 **MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM QUE ALTERA O ARTIGO 50**  
521 **DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 177, DE 22 DE AGOSTO DE 2012,**  
522 **QUE DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL**  
523 **DE POLÍTICA AMBIENTAL (COPAM). Apresentação: SEMAD.** O Plenário do  
524 COPAM aprovou por unanimidade a minuta de deliberação normativa que altera o  
525 Artigo 50 da DN COPAM 177/2012, nos termos apresentados pela SEMAD. **9)**  
526 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente  
527 Luiz Sávio de Souza Cruz declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta  
528 ata.

---

529  
530 **APROVAÇÃO DA ATA**

---

531  
532  
533 **Luiz Sávio de Souza Cruz**  
534 **Presidente do COPAM**